

CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA DE PROXIMIDADE PARA A COMPREENSÃO DOS PROCESSOS DE INTERAÇÃO ENTRE OS AGENTES. ANÁLISE DE DUAS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS LOCAIS

Denio Igor Silva de Pontes¹, Gilles Guieu², Aurora Carneiro Zen³, Bruno Anicet Bittencourt⁴

Resumo

O artigo aborda a questão das interações entre atores que coexistem em aglomerações espaciais de empresas. Para abordar essa temática mobilizamos a teoria de Proximidades. Essa teoria mapeia os tipos de proximidades e as suas respectivas contribuições para a construção de interações produtivas. A partir desta fundamentação teórica analisamos duas aglomerações produtivas: a zona industrial e portuária do Pecém e o cluster do Vale dos Vinhedos. Para isso, realizamos pesquisa de campo com a aplicação de questionários semiestruturados. As aglomerações foram selecionadas por seus antagonismos: regiões de localização, setores produtivos e portes das empresas. Como resultados apontamos que a trajetória de formação das aglomerações, fatores culturais dos atores e as estruturas organizacionais dos arranjos enquadram-se como elementos facilitadores de interação. Desta forma, a proximidade geográfica, apesar de importância incontestável, tem papel secundário para o empreendimento de estratégias coletivas.

Palavras-chave: Aglomerações produtivas. Economia de proximidades. Interações.

CONTRIBUTIONS OF THE ECONOMY OF PROXIMITY TO THE UNDERSTANDING OF THE PROCESSES OF INTERACTION BETWEEN AGENTS. ANALYSIS OF TWO LOCAL PRODUCTIVE AGGLOMERATIONS

Abstract

This paper discusses the question related to the interactions between actors of clusters of companies. For the analysis of this subject, we have mobilized the theory of proximity. This theory maps the kind of proximity that can exist between the stakeholders and their respective contributions to the construction of relational links between them. From this theoretical foundation, we analyzed two productive clusters: the industrial and port zone of Pecém and the cluster of Vale dos Vinhedos. Therefore, we conducted a field research applying semi-structured questionnaires. The agglomerations were selected considering their antagonism: areas of location, productive sectors and size of companies. As a result, we point out that the trajectory of formation of those agglomerations, the cultural characters of actors and organizational structures are elements that facilitates interaction. Thus, the geographical proximity, despite its unquestionable importance, has a secondary importance to the implementation of collective strategies.

Keywords: Productive agglomerations. Interactions. Economy of proximity.

¹ Faculdade de Economia e Gestão da Aix-Marseille Université (CRET-LOG).

² Professor Titular da Faculdade de Economia e Gestão da Aix-Marseille Université (CRET-LOG).

³ Professora Adjunta da Escola de Gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

⁴ Mestrando na Escola de Gestão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Autor correspondente: denio.igor-silva-de-pontes@etu.univ-amu.fr

Introdução

Para desenvolver aglomerações produtivas, em particular nos países em desenvolvimento, os governos fazem uso de políticas de incentivos fiscais para aumentar a atratividade de fatores de produção externos (exógenos) ao território. Ao conceder esses benefícios os governantes esperam que suas economias sejam contempladas com desdobramentos positivos em termos de crescimento econômico, geração de emprego, ampliação da capacidade produtiva, aumento da dotação de capital humano, aceleração das mudanças tecnológicas, absorção de conhecimento e, conseqüentemente, maior competitividade no mercado internacional.

Segundo Nurbel e Ahamada (2008), a análise do impacto das estratégias de realocização geográfica de empresas nas economias dos países de acolhimento está fundamentada na teoria de crescimento endógeno, sobretudo, por reconhecer que “o impacto da atividade multinacional estrangeira não é mecânico” (2008, p.83). Portanto, podemos dizer que atrair empresas multinacionais é uma etapa importante, entretanto, a questão é como se beneficiar da presença desses conglomerados. Essa reflexão ancorada na criação de vantagens competitivas sustentáveis é, sobremaneira, desconsiderada pelos gestores públicos, seja por desconhecimento da matéria, seja por descompromisso com políticas de longo prazo interessadas no *empowerment* territorial.

É nesse contexto que Loilier (2010) destaca a importância da fase de projeto para a implantação de aglomerações de empresas. Esta fase permite o estabelecimento de regras de condutas, linhas setoriais contempladas, cadeias produtivas a serem desenvolvidas, mapeamento das oportunidades de negócios na região, estratégias a serem implementadas e objetivos a serem atingidos pela aglomeração. A compreensão desta fase possibilita que os agentes privados façam suas estimações e as demais partes interessadas aprofundem seus conhecimentos. A Escola de Proximidade⁵ advoga que esta fase é fundamental para o desenvolvimento de uma cultura organizacional e de uma linguagem comum entre os atores, considerando-a como a base para a criação das “proximidades não espaciais” que poderão ser responsáveis pelo estabelecimento de projetos de cooperação e colaboração.

5 A corrente teórica francesa da Escola de Proximidades foi identificada pela primeira vez em um texto publicado por Bellet *et al.* em 1993. Esta abordagem, de natureza mesoeconômica, é baseada na idéia de que o território não é neutro as atividades econômicas e que não é dada com antecedência. O território é considerado como uma construção, a partir das práticas e representações de agentes.

No entanto, a preocupação com as interações entre os atores (MILBERG; AMENGUAL, 2008) e a execução bem definida da fase de projeto das aglomerações produtivas nem sempre é verificada na prática. No Brasil, mais especificamente no Estados do Ceará e do Rio Grande do Sul, nosso recorte espacial, a questão da interação entre os agentes produtivos encontra-se no centro do debate. Essa assertiva é verdadeira para as concentrações geográficas de empresas abordadas nessa pesquisa: o complexo industrial e portuário do Pecém, nascido a partir da atração de fatores de produção exógenos e a aglomeração de produtores de vinho do Vale dos Vinhedos, desenvolvido pelo desejo dos atores locais.

Nesse ponto chamamos a atenção para a variedade de tipologias utilizadas para designar concentrações de atores produtivos: distritos industriais, *clusters*, arranjos produtivos locais, sistemas produtivos locais, polo de competitividade⁶, rede territorial de organizações⁷ etc. Apesar de guardarem pontos de diferenciação existe um ponto comum a todas essas tipologias, a necessidade de interação entre os atores. Chama-se a atenção para o fato de que as concentrações geográficas de organizações nem sempre criam as condições necessárias para que os diversos atores possam desenvolver interações. Desta forma, há muitos exemplos de aglomerações sem relações entre seus membros.

As aglomerações de atividades econômicas podem também, como aponta Brenner (2004), serem fundamentadas em abordagens relativamente estáticas, seja em termos de externalidades (trabalhos de Marshall), ou em termos de fatores-chave de sucesso (teorização desenvolvida por Porter). Assim, podemos caracterizar as concentrações empresariais arquitetadas a partir dessas abordagens como sendo do tipo de membros colocalizados, onde os agentes, ditos “ancorados”, resguardam-se de certo grau de temporalidade e de capacidade de mobilidade espacial.

Essa abordagem contrapõe-se as interpretações dinâmicas focadas nas interações sociais estabelecidas entre os *stakeholders*. As obras presentes nesta linha teórica adotam uma abordagem combinatória da criação de conhecimento como resultado de um processo social de interação em que os atores trocam e combinam elementos de conhecimento. Neste

6 Criados em 2005, os *pôles de compétitivité* são frutos do encontro entre empresas, centros de pesquisa e autoridades locais. Sua criação pelo governo francês objetiva estimular e apoiar projetos de inovação colaborativa vinculados a um determinado território (PECQUEUR, 2008).

7 RTO é um conjunto coordenado de atores territorialmente localizados heterogêneos que participam ativamente e coletivamente na concepção, elaboração, fabricação e distribuição. Este tipo de estrutura surge geralmente da necessidade das empresas de acessar ativos complementares para realização de seus projetos.

Para maiores detalhes, consultar: Maillat D., *Systèmes territoriaux de production et milieux innovateurs*, Les Editions de l'OCDE, 1996, p. 75-90.

contexto, alguns trabalhos sobre aglomeração de empresas enfatizam o potencial significativo das redes territoriais de organizações, no seio das quais se desenvolvem mecanismos que propiciam as interações sociais, alianças entre as organizações e a criação de conhecimento (MALMBERG; MASKELL, 2005). É neste contexto que nascem os polos de competitividade na França, refletindo um desejo de redefinir as políticas industriais e tecnológicas, concentrando-se na inovação e nos territórios. Aqui, podemos empregar o termo “enraizamento” do *know-how* com desdobramento a longo prazo sobre o território.

É nesse sentido que a questão da interação entre atores localizados em uma aglomeração geográfica reata-se as políticas de crescimento endógeno, oportunizando o processo de criação de redes territoriais de organizações (RTO). Desta forma, o empreendimento de interações entre os agentes apresenta-se como uma condição *sine qua non* para o sucesso das aglomerações produtivas. Portanto, adotamos as contribuições da escola de proximidades no ponto em que busca reafirmar o valor das interações para as atividades econômicas e para os territórios. Partimos da constatação que “a propensão para interagir com os seus pares é uma característica fundamental do homem” (FUJITA; THISSE, 2003, p.25).

Com base nessas primeiras noções mobilizadas tentamos responder a seguinte questão: quais elementos devem coexistir em uma concentração geográfica de empresas, permitindo a passagem do estágio de simples aglomeração de empresas desconexas para um estágio mais desenvolvido de RTO? Em outras palavras, quais os fatores relevantes que auxiliariam uma aglomeração geográfica a tornar-se uma organização territorializada? Para responder a essas perguntas dividimos o artigo em três seções. Na primeira seção discutiremos os conceitos de proximidade e sua repercussão sobre as interações; na segunda apresentaremos as duas aglomerações de empresas e na terceira analisaremos os dois casos selecionados, fundamentando-os na teoria de economia de proximidades e enfatizando a importância das interações para a criação de uma RTO.

Metodologia

Esta pesquisa qualitativa mobiliza um estudo de caso em que os dados foram coletados a partir de pesquisas de campos em dois territórios distintos. Esta fase de pesquisa é compreendida como um momento que favorece a emersão dos conhecimentos práticos e teóricos (DAVID, 2000). De modo a fazer uma boa descrição das aglomerações estivemos no

mês de dezembro do ano de 2013 no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP (Ceará) onde tivemos a oportunidade de entrevistar agentes públicos de órgãos estaduais implicados na gestão do Complexo (Porto, Agência de Desenvolvimento do Estado, Zona de Processamento de Exportação, Secretaria de Infraestrutura) e gestores de empresas que atuam na região. Em julho do ano de 2012 fomos ao Vale dos Vinhedos no Estado do Rio Grande do Sul, nessa segunda intervenção os dados foram coletados através de observação não participante em eventos do setor, entrevistas com instituições de pesquisa e especialistas do setor e proprietários de vinícolas.

As aglomerações produtivas foram selecionadas devido as suas relevantes distinções, permitindo comparações e paralelos entre os modelos. Nas duas intervenções utilizamos, fontes primárias (entrevistas semiestruturadas) e secundárias (fontes bibliográficas) (YIN, 1989). No total, 20 entrevistas foram realizadas com uma duração média de 1 hora cada uma.

Resultados e Discussão

Estudo de Caso

Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP

O CIPP se insere como parte de uma política de atração industrial e aos poucos se materializa no espaço da região metropolitana com a intensificação dos fluxos de capital e da força de trabalho. O CIPP foi idealizado no sentido de incorporar a função portuária e industrial, voltado para o desenvolvimento do parque industrial do Ceará e de sua área de influência regional. Nesse sentido, um dos seus eixos estratégicos foi a construção de um terminal portuário, cuja retroárea compreenderia espaços destinados a funcionar como Zona de Processamento de Exportação (ZPE), bem como áreas de atração de grandes empreendimentos voltados para o mercado interno.

Dada a extensão territorial do CIPP, sua área abrange dois Municípios: Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Está localizado na porção oeste da Região Metropolitana de Fortaleza, situando-se aproximadamente a 50 km de distância da capital. O Complexo possui 13.337 ha, essa área encontra-se inserida em uma área maior de 335 km² considerada de utilidade pública (CAECE, 2013). De acordo com a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceara

(Adece) existem 15 empresas em funcionamento gerando 2.104 postos de trabalho e 18 empresas em fase de instalação com a expectativa de gerar 12.668 novos postos.

Constatamos que o CIPP é baseado em uma abordagem relativamente estática, que se focaliza principalmente sobre os fatores de sucesso (PORTER, 1998) do território, orientando-se em direção as externalidades econômicas. Quando associamos essa constatação a gênese da aglomeração, que se dá a partir da atração de fatores de produção exógenos ao território, verificamos a possibilidade do CIPP transformar-se em um enclave sem vínculos com a área, um elemento estranho ao ambiente. Identificamos nos trabalhos de Markusen (1996) sobre *clusters* nos Estados Unidos a descrição desse tipo de aglomeração territorial de empresas. Segundo o autor, são caracterizadas como estruturas industriais dominadas por grandes empresas, cuja sede situa-se no exterior. Portanto, as decisões estratégicas de investimentos são vindas do estrangeiro.

Outra característica marcante identificada no CIPP é a natureza dessemelhante dos atores e dos setores de atividade, traduzida pela inexistência de uma cultura organizacional comum. Por exemplo, ainda não foi definido um critério para atração (setor de atuação, grau de desenvolvimento tecnológico, porte etc.), assim, as empresas apresentam-se em setores diversos, dificultando a interação entre elas. Por outro lado, os trabalhadores provenientes da capital, Fortaleza, de outras capitais brasileiras ou de outros países geralmente ocupam os quadros que exigem um nível de conhecimento mais avançado. Aos trabalhadores locais destinam-se, na maioria das vezes, as atividades que demandam menor grau de instrução (TELES, 2014).

Contrapondo-se a essas constatações, a pesquisa realizada pelo CAECE (2013) verificou consideráveis dificuldades para utilização da mão de obra local, as razões ultrapassam a questão da baixa qualidade do ensino local e alcançam o problema da falta de uma “cultura” de emprego na região. O que podemos explicar de certa forma, pelas origens antropológicas das comunidades locais que viviam da agricultura e da pesca. Os pesquisadores observaram que os habitantes locais possuem dificuldades em respeitar, dentre outras coisas, os horários de trabalho a cumprir e as relações hierárquicas.

Somam-se a essas constatações, a dificuldade ao acesso a informações que poderiam assegurar transparência e uma boa governança territorial. As comunidades locais desconfiam e desconhecem os projetos. As empresas, inclusive as locais, desconhecem as oportunidades de negócios que poderão advir do empreendimento. As instituições de ensino e pesquisa se ressentem da falta de informação sobre a demanda de mão de obra que possam orientar

programas formativos (CAECE, 2013). As próprias instituições do governo estadual não possuem um sistema compartilhado de informações de modo a permitir o diálogo entre os diversos órgãos. Apesar de esforços para adotar um modelo de governança descentralizado, criando através de lei Estadual um Conselho Gestor e uma Unidade Gestora (Lei No. 15.083), verifica-se na prática uma ingerência do poder executivo estadual.

Como ponto positivo, o CIPP pode ser responsabilizado pelos expressivos resultados socioeconômicos, dentre eles, o reposicionamento dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante no índice FIRJAN⁸ de desenvolvimento municipal (IFDM). No ranking estadual São Gonçalo do Amarante passou da 118ª colocação para a 2ª e Caucaia da 19ª colocação para a 10ª. Ademais, o CIPP tem proporcionado aumento do trabalho formal⁹, expansão do PIB municipal¹⁰ e crescimento das transações com o comércio exterior¹⁰.

Vale dos Vinhedos

A aglomeração vitivinícola da Serra Gaúcha localiza-se na região nordeste do Estado, cerca de 120 km da capital Porto Alegre. Trata-se da principal região vitivinícola do Brasil, concentrando cerca de 80% da produção de vinhos do país e uma área de vinhedos de aproximadamente 34.000 ha. Em 2002 essa região obteve a primeira Indicação Geográfica de Procedência brasileira concedida pelo INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual) para vinhos finos. A aglomeração concentra cerca de 600 vinícolas e 13.000 produtores de vinhos, quase, em sua totalidade, descendentes de imigrantes italianos (FENSTERSEIFER, 2007). Dentro desse universo, foram selecionados amostras de arranjos produtivos que possuíam número semelhante de vinícolas.

Na aglomeração de produtores de vinho do Vale dos Vinhedos, desenvolvido pelo desejo dos atores locais, observa-se a existência de um conjunto de regras, normas e valores compartilhados pelos integrantes, refletindo uma elevada proximidade cognitiva entre eles. Como consequência, nessa estrutura produtiva os atores compartilham, criam e recriam

8 O índice é um estudo anual do Sistema FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) que acompanha o desenvolvimento de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas: Emprego/Renda, Educação e Saúde. Ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade (www.firjan.org.br).

9 RAIS (2011), "Relação Anual de Informações Sociais", Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília.

10 IPECE (2011), "Ceará em Números", Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fortaleza.

conhecimento de forma colaborativa. Fato que abstraímos pelo grau de interação entre os mesmos, facilitado e estimulado pelo advento de órgãos que congregam membros da aglomeração.

Também podemos identificar no arranjo produtivo analisado um objetivo comum aos agentes envolvidos, a preocupação com a endogeneização do desenvolvimento. O desenvolvimento endógeno possui essencialmente duas abordagens: a valorização máxima dos recursos disponíveis localmente e a territorialização da atividade econômica. Os dois aspectos refletem uma forte associação territorial a dinâmica industrial (FERGUENE; HSAINI, 1998). Esta característica do *cluster* não significa desenvolvimento “autossuficiente”, nem muito menos, ampara-se apenas em forças locais (LOILIER, 2010). Em vez disso, o *cluster* está em processo de criação de uma dinâmica de abertura, que não é apenas sobre o ambiente externo imediato (regional ou nacional), mas também sobre o ambiente internacional.

Vale ressaltar que estratégias endógenas e exógenas não são construídas de estrita forma antagônica e não existem de maneira pura, cada território lhes associa de diferentes maneiras (LAMARCHE, 2003), como podemos verificar empiricamente no Vale dos Vinhedos. O diferencial principal das duas estratégias é que o desenvolvimento endógeno baseia-se na perenidade das ações, ou seja, no “enraizamento” do conhecimento e não na busca de vantagens não sustentáveis relacionadas à mobilidade do capital. É nesse sentido que a cadeia produtiva vitivinícola do Vale dos Vinhedos busca se inserir em cadeias de valor mundiais (BRENNER, 2004; VISSER, 2009). Essa estratégia mercadológica foi constatada pelo esforço de internacionalização dos produtores, o que é consubstanciado pelo papel exercido pela rede *Wines of Brasil*¹¹.

Devido à sua importância no setor vitivinícola nacional o arranjo produtivo da Serra Gaúcha concentra muitas organizações relacionadas direta ou indiretamente ao setor. Identificamos instituições públicas, privadas (indústrias, fornecedores de matérias-primas, prestadores de serviços), profissionais, de formação, de pesquisa e organizações ligadas ao turismo. A instituição mais atuante é o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), fundado em 1998 o IBRAVIN é uma sociedade civil sem fins lucrativos, ao qual estão associadas pessoas jurídicas de direito privado, representantes de produtores de uva, cooperativas, indústria vinícola e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. É mantido com recursos públicos

¹¹Esta rede criada por iniciativa dos produtores da região, hoje tem um lugar importante na estruturação do setor.

derivados de um fundo criado para o desenvolvimento da vitivinicultura. Com um papel semelhante, a União da Vitivinicultura Brasileira (UVIBRA), a Associação Gaúcha de Vitivincultores (AGAVI) e a Federação Cooperativa do Vinho (FECOVINHO) também atuam em defesa dos produtores e cooperativas.

Todavia, apesar da atuação de várias instituições de apoio ao setor e das semelhanças entre os agentes, não há uma instituição responsável pela governança global da aglomeração produtiva do Vale dos Vinhedos. Observamos que as organizações realizam atividades pontuais e não articuladas em conjunto. Como resultado, identificamos que é necessário desenvolver mecanismos capazes de congregar os diversos atores e gerar sinergia entre eles, o que pode ser traduzido por uma coordenação política da aglomeração produtiva afinada com os anseios da maioria.

Outra dificuldade salientada pelos entrevistados é a logística de distribuição dos produtos nos mercados interno e externo, a localização geográfica da região no extremo sul do país gera um elevado custo de transporte, tanto rodoviário quanto marítimo, especialmente para as pequenas vinícolas que contam com uma rede de distribuição pouco estruturada, além disso, as diferenças fiscais entre os Estados da Federação incorrem em outro revés para a comercialização dos produtos.

Feita a apresentação dos resultados da pesquisa, abordaremos a seguir os conceitos de economia de proximidades, no que se refere à questão das interações entre os atores, e analisaremos as duas aglomerações produtivas.

A teoria de proximidades e as interações no seio das aglomerações produtivas

A natureza dos atores, o meio ao qual estão inseridos e o modelo de gestão das aglomerações produtivas podem repercutir sobre os processos de interação? É usual observarmos dificuldades de comunicação, colaboração e construção de objetivos comuns quando os atores são heterogêneos, ou seja, quando possuem tamanhos desproporcionais, culturas diferentes, valores organizacionais distintos e distâncias tecnológicas. Seguindo esta linha de raciocínio voltamos à atenção para os trabalhos que buscam conceituar o papel da interação e fundamentam em abordagens que reafirmam o valor da dimensão proximidade entre os atores nas atividades econômicas.

De acordo com a economia de proximidade, diferentes categorias de proximidades são identificadas na teoria, tais como: geográfica, organizada, cultural, social, cognitiva, eletrônica, organizacional e institucional. Trataremos a respeito da dimensão territorial e, mais especificamente, quanto à compreensão da dinâmica de construção de aglomerações produtivas. Basicamente, proximidade em sentido genérico está relacionada com as ideias de similaridade e de distância (GILLY; TORRE, 2000). Para Pesqueux (2014), há uma espécie de antagonismo entre o próximo e o distante, ou entre a lógica endógena do “enraizado” e a lógica exógena do “ancorado”.

Segundo Bourdeau-Lepage e Huriot (2009), a distribuição geográfica de homens e mulheres, das organizações, dos locais de produção, de troca e de consumo não é uniforme e nem aleatória, é planejada e organizada. Para os autores, “por trás da organização do espaço humano e econômico, de criação e evolução das aglomerações, existe um desejo ou uma necessidade de proximidade com o objetivo de interagir” (2009, p.234). Entretanto, as interações humanas são confrontadas com múltiplas dificuldades, algumas são devido à existência de distâncias geográficas, outras são provenientes das diversidades culturais das pessoas. Desta forma, para superar esses obstáculos é preciso ativar algumas categorias de proximidades. Assim, “para cada classe de obstáculo existe uma forma de proximidade que poderá facilitar as interações humanas e torná-las menos onerosas” (2009, p.235).

Para Torre e Beuret (2012), a teoria de proximidade divide-se em duas correntes principais, chamadas de proximidade geográfica e proximidade organizada (incluindo suas variações organizacional, cultural, cognitiva e institucional). Adicionamos a proximidade eletrônica, defendida e mobilizada ao longo das pesquisas de Talbot (2013) e Loilier (2010). Define-se proximidade geográfica como “a distância entre os atores, ponderada pelo custo monetário e temporal de suplantá-los” (TORRE; BEURET, 2012, p.10), relacionando-se a disponibilidade de infraestrutura de transporte. Neste contexto, a proximidade geográfica possibilita reduzir custos de interação devido à distância geográfica. Tal proximidade claramente é identificada nas duas aglomerações, haja vista os atores estarem situados na mesma área geográfica, possibilitando assim, o contato físico. A diferença é que enquanto no Vale dos Vinhedos os produtores rurais, indústrias e demais envolvidos estão dispersos, no CIPP existe uma zona portuária e industrial bem delimitada pelo governo do Estado.

A proximidade geográfica dos atores é “geralmente considerada como um meio de difusão do conhecimento tácito” (LOILIER; TELLIER, 2001, p. 563), ou seja, a parte não codificada do conhecimento, fato verificado no Vale dos Vinhedos, onde as interações

cotidianas permitem a circulação do conhecimento. Por outro lado, no CIPP a proximidade geográfica das empresas encontra sustentação na política de atração, que busca motivar a deslocalização das empresas pela oferta de fatores “chave de sucesso” (menores custos produtivos relacionados à disponibilidade de infraestruturas, mão de obra e matérias-primas) no senso de Porter (1998) ou incentivos fiscais.

Com isso, o empreendimento de interações entre as organizações localizadas no CIPP encontra inúmeras barreiras, pois as empresas não tomaram a decisão estratégica de deslocalizar sua planta fabril para se beneficiar da participação de uma cadeia produtiva ou de um ambiente profícuo, capaz de diminuir seus custos de P&D devido à participação em projetos colaborativos de inovação, por exemplo, envolvendo atores locais (centros de pesquisa, universidades e empresas). Vale salientar que em ambos os casos caberia ao agente responsável pela aglomeração exigir como contrapartida dos benefícios concedidos, metas de desempenho e regras bem definidas de compromisso das empresas, o que não se verifica nos casos analisados. Desta forma, o território não se beneficia da proximidade geográfica das empresas. Portanto, classificamos o CIPP como possuidor de uma proximidade geográfica temporária, em que os agentes produtivos estão ancorados momentaneamente no território.

Contudo, a proximidade geográfica não é uma condição suficiente para gerar interações, pois os atores geograficamente localizados em uma aglomeração podem coexistir sem interagir caso eles não possuam objetivos comuns (BOURDEAU-LEPAGE; HURIOT, 2009). A ideia é que a proximidade geográfica deve ser acompanhada de uma proximidade organizada, compreendida como um conjunto de fatores responsáveis por possibilitar as relações entre os membros de um território ou de uma organização (RALLET; TORRE, 2005; BOSCHMA, 2005).

A proximidade organizada, conforme definida por Rallet e Torre (2005), é fundamentalmente de natureza relacional. Torre e Beuret (2012), por sua vez, destaca que a proximidade organizada se baseia em duas lógicas: a lógica de pertencimento e a lógica de similaridade. A lógica de pertencimento sustenta que atores inseridos em uma mesma rede relacional estarão inclinados a interagir e compartilhar as mesmas regras e rotinas comportamentais (TORRE; FILIPPI, 2005). De acordo com Torre e Beuret (2012), a dinâmica de pertencimento favorece o estabelecimento de novas relações, a aproximação entre estrangeiros e a conciliação de conflitos. Na acepção de Talbot (2013) esta lógica mantém uma semelhança com o conceito de proximidade organizacional. Segundo o autor, a proximidade organizacional se desenvolve entre indivíduos ou entre organizações quando

existe “a intenção de realizar um projeto coletivo e, para isso, partilham o mesmo conjunto de normas e representações” (2013, p.5).

A lógica da similaridade pode ser compreendida como resultado de uma curta distância cognitiva entre os indivíduos (TORRE; BEURET, 2012), abrangendo a partilha do mesmo sistema de crenças, de normas sociais, de cultura, de saberes e de objetivos. Tais fatores podem facilitar a interação entre indivíduos desconhecidos que passam a aderir a referências similares (TORRE; FILIPPI, 2005). Loilier (2010), por sua vez, fala de proximidade social ou cultural como todas as relações informais entre os atores, as quais são capazes de gerar benefícios, como os explicitados anteriormente, ou prejuízos, a exemplo do caso de interações que geram vícios de conduta ou encastelamentos (BOSCHMA, 2005).

Destarte, a escola de proximidade nos leva a concluir que é mais difícil a interação entre membros de uma aglomeração concebida a partir de fatores exógenos (externos ao território), com culturas e regras distintas, tal como o caso do CIPP. Vimos que para ocorrer interações deve haver proximidade organizada entre os agentes. Contudo, Torre e Beuret (2012) asseveram que essa proximidade pode ser ativada e é nesse ponto que o papel da governança territorial faz diferença, aglutinando e criando fóruns de conciliação social entre os *stakeholders*.

No arranjo do Vale dos Vinhedos identificando um sentimento de pertencimento e a visível presença de semelhanças entre os membros, corroborando assim, o conceito de proximidade organizada. Tal fato pode ser explicado, grosso modo, pelas características de formação da aglomeração, relacionadas à forte presença de imigrantes italianos, a relação afetiva com a atividade produtiva e com o território. Devido a estas características os projetos de cooperação são comuns, como é o exemplo da rede *Wines of Brasil* que desenvolve estratégias de internacionalização do vinho.

Entretanto, Bourdeau-Lepage e Hurriot (2009) destacam que a proximidade organizada é necessária, mas insuficiente para as interações. Não é suficiente “se não houver meios materiais de interagir, como por exemplo, rede de comunicação e/ou de transporte que possa assegurar as interações” (2009, p.242), com isso, abre-se a possibilidade de adicionarmos outra classe de proximidades, a qual torna possível interações sem deslocamento humano.

As redes de comunicação através das TIC (tecnologias de informação e de comunicação) favorecem a troca de informações entre os *stakeholders*, proporcionando interações permanentes e processos de criação de conhecimento. Essas redes “facilitam a criação de bases de dados e aceleram a troca de informações entre empresas e centros de

pesquisas” (LOILIER; TELLIER, 2001, p.8). Essa forma de proximidade possibilita a relação de substituição ou complementaridade com a proximidade geográfica. Por outro lado, Talbot (2013) reconhece a necessidade de proximidade organizacional. De fato, é mais fácil se comunicar pelas TIC quando os usuários possuem proximidade organizada (BOURDEAU-LEPAGE; HURIOT, 2009).

Assim, para que a proximidade geográfica e organizada torne-se uma verdadeira vantagem comparativa para a aglomeração do Vale dos Vinhedos, os gestores devem empreender esforços para desenvolver a proximidade eletrônica, permitindo a implantação de projetos colaborativos de P&D. Nesse sentido, a proximidade eletrônica poderia elevar o grau de desenvolvimento tecnológico da aglomeração, visto que, na aglomeração a maior parte do conhecimento não é codificado e o compartilhamento de saberes entre os atores ocorre de maneira tácita. A proximidade eletrônica poderia também auxiliar a aglomeração a superar deficiências de coordenação e governança territorial, desenvolvendo uma maior proximidade institucional. Destarte, espera-se que a aglomeração se torne um verdadeiro RTO.

Por outro lado, no CIPP, observamos um fenômeno evidenciado nos trabalhos de Talbot (2013) sobre o setor aeronáutico na França. O autor revela que empresas multinacionais tendem a deslocalizar setores que não são considerados o “coração” dos negócios da empresa, em outras palavras, as atividades que não são responsáveis por agregar valor ao produto, fazendo com que apenas os setores tidos como “banais” ou padronizados são deslocalizados para os países em desenvolvimento. É nesta fundamentação teórica que alocamos as atividades desenvolvidas no CIPP.

Outro ponto interessante é que as empresas multinacionais beneficiando-se de proximidade organizacional com suas filiais fazem uso de proximidades eletrônicas para minimizar as distâncias geográficas que impossibilitam os contatos físicos (TALBOT, 2013). Desta forma, constata-se no CIPP há uma proximidade maior entre as empresas do mesmo grupo, apesar de localizadas em continentes diferentes, que entre empresas situadas a poucos metros de distância. A Tabela 1 resume as análises das duas aglomerações conforme os conceitos de economia de proximidade discutidos nesta seção.

Tabela 1 – Classificação das aglomerações de acordo com tipo de proximidade

		Vale dos Vinhedos	CIPP
Diferenças	Fatores de Formação	endógenos → prox. geográfica explorada	exógenos → prox. geográfica não explorada
	Natureza das Atividades	territorializadas → prox. organizada forte	ancoradas → prox. organizada fraca
	Trasmissão de Conhecimento	tácito → prox. eletrônica não desenvolvida	padronizada → prox. eletrônica com a matriz estrangeira
Semelhanças	fraca governança		
	pouca ou nenhuma P&D		
	inexistência de RTO		

Fonte: Elaboração Própria

Conclusão

Para a construção de redes territoriais de organizações a pesquisa aponta em duas direções conforme a natureza da aglomeração. No caso de uma aglomeração industrial, como o CIPP, constatamos que para ocorrer projetos colaborativos de cooperação a gestão do território deve respeitar a fase inicial de projeto, onde será desenhado o planejamento estratégico, com metas e objetivos a serem alcançados, assim como possíveis fontes de receitas. Desta fase surgem as vocações do empreendimento, ou seja, os setores que serão contemplados, assim, a política de atração de empresas deverá respeitar esse ordenamento, o qual objetivará desenvolver e agregar valor as cadeias de produção.

Na esfera política, a gestão territorial deve guardar um determinado poder de negociação, mantendo um determinado equilíbrio na gestão dos interesses privados das empresas atraídas e sociais do território. Mesmo que o CIPP esteja ainda em decurso de consolidação, com as principais indústrias em fase de implantação, não constatamos até o presente momento uma preocupação dos gestores com a criação de um RTO. Como esforços no sentido de estimular interações com vistas à criação de conhecimento e inovação, de expandir capital humano e de criar de vantagens competitivas sustentáveis relacionadas ao território.

No caso do Vale dos Vinhedos existe um grande potencial para a criação de um RTO, diferentemente do CIPP, onde as condições preexistentes já estão consolidadas. Desta forma, os esforços devem ser enveredados para a criação de uma rede de inovação, estimulando

companhias, clientes e centros de pesquisas a integrar essa rede, empenhando-se em investir em atividades capazes de agregar valor, tais como: a montante as fases de pesquisa e desenvolvimento e a jusante as fases de designer e marketing.

Cadeias de produção que nascem a partir de produtos primários, como é o caso da vitivinicultura, o marketing territorial pode explorar o recurso território, ressaltando sua especificidade e diferenciação certificada pela Indicação Geográfica de Procedência a exemplo dos vinhos de algumas regiões da França). Esse posicionamento mercadológico beneficiaria os atores da aglomeração com taxas de sobre lucro.

Referencias

BELLET, M.; COLLETIS G.; LUNG Y. Economies de Proximités. **Revue d'Economie Régionale et Urbaine**, n. 3, 1993.

BOSCHMA, R. A. A Proximity and Innovation: A Critical Assessment. **Regional Studies**, v. 39, n. 1, p. 61-74, 2005.

BOURDEAU-LEPAGE, L.; HURIOT J.-M. Proximités et interactions: une reformulation. **Géographie, économie, société**, v. 11, p. 233-249, 2009.

BRENNER, T. Cognitive Learning and the Emergence of Cooperation: An Simulation Approach. **Computing in Economics and Finance**, Society for Computational Economics, 2004.

CAECE. **Cenário Atual do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - Pacto pelo Pecém**. Instituto de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Estado do Ceará - INESP, Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (CAECE), Fortaleza, CE, 2013.

DAVID, A. Logique, épistémologie et méthodologie en Sciences de gestion: trois hypothèses revisitées. **In: DAVID, A.; HATCHUEL, A.; LAUFER, R. Les nouvelles fondations des sciences de gestion**. Paris: Vuibert, 2000.

FENSTERSEIFER, J. E. The emerging Brazilian wine industry: challenges and prospects for the Serra Gaúcha wine cluster. **International Journal of Wine Business Research**, v. 19, n. 3, 2007.

FERGUENE, A.; HSAINI, A. Développement endogène et articulation entre globalisation et territorialisation: élément d'analyse à partir du cas de Ksar-Hellal (Tunise). **Revue Région et Développement**, n. 7, 1998.

FUJITA, M.; THISSE, J.-F. **Economie des villes et de la localisation**. Bruxelles: de Boeck. Traduit de Economics of Agglomeration. Cities, Industrial Location and Regional Growth. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GILLY, J.-P.; TORRE, A. **Dynamiques de proximité**. Paris: L'Harmattan, 2000.

LAMARCHE, T. Territoire: développement exogène, développement endogène et hétéronomie. **Forum de la régulation**, Université Lille 3, 2003.

LOILIER, T. Innovation et territoire : le rôle de la proximité géographique ne doit pas être surestimé. **Revue française de gestion**, n. 200, p. 15-35, 2010.

LOILIER, T.; TELLIER, A. La configuration des réseaux d'innovation: une approche par la proximité des acteurs. **Revue d'Économie Régionale & Urbaine**, octobre, p. 559-580, 2001.

MALMBERG, A.; MASKELL, P. **Localized Learning Revisited**. Druid paper, 2005.

MARKUSEN, A. Sticky Places in Slippery Space: A Typology on Industrial Districts. **Economic Geography**, v.72, p. 293-313, 1996.

MILBERG, W.; AMENGUAL, M. **Développement économique et conditions de travail dans les zones franches d'exportation: un examen des tendances**. Organisation internationale du Travail, Genève, 2008.

NURBEL, A.; AHAMADA, I. Investissements directs étrangers entrants et développement: l'enjeu de la capacité d'absorption. **Mondes en Développement**, v.36, n. 143, 2008.

PECQUEUR, B. Pôles de compétitivité et spécificité de la ressource technologique: une illustration grenobloise. **Géographie, économie, société**, v. 10, p. 311-326, 2008.

PESQUEUX Y. **La notion de territoire**. Anais do congresso Territoire(s), entrepreneuriat et management, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, 3ème congrès de l'ARIMHE, 28 novembre, 2014.

PORTER, M.E. Clusters and the new economy of competition. **Harvard Business Review**, v.76, p. 77-90, 1998.

RALLET, A.; TORRE, A. Proximity and localization. **Regional Studies**, v.39, n. 1, p. 47-60, 2005.

TALBOT, D. Clusterisation et délocalisation : Les proximités construites par Thales Avionics. **Revue française de gestion**, n. 234, p. 15-26, 2013.

TELES, G. Mobilidade da força de trabalho e produção do espaço: o complexo industrial e portuário do Pecém na região metropolitana de Fortaleza. **Revista Pegada**, v. 15, p. 115-136, 2014.

TORRE, A.; FILIPPI, M. **Proximités et changements socio-économiques dans les mondes ruraux**. Paris: Inra Editions, 2005.

TORRE, A.; BEURET, J. **Proximités territoriales**. Paris: Economica, 2012.

YIN, R. K. **Case study research: Design and methods**. Beverly Hills: Sage Publishing, 1989.

Recebido: 30/09/2015

Aceito: 09/12/2016